

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**Processo N.º 11.020.000.703/90-28**

eaal.

Sessão de 20 de maio de 1992

**ACORDÃO N.º 202-5.027**

Recurso n.º 85.750

Recorrente **VALMICRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VÁLVULAS S/A.**

Recorrida DRF - CAXIAS DO SUL - RS

**ICMS - base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e FINSOCIAL. Inclusão. Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso interposto por **VALMICRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VÁLVULAS S/A.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar providimento ao recurso. Ausente a Conselheira **ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES**.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1992.

*[Signature]*  
**HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente**

*[Signature]*  
**SEBASTIÃO BORGES TAQUARY - Relator**

*[Signature]*  
**JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional**

VISTA EM SESSÃO DE **10 III 1992**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros **ELIO ROTHE, OSCAR LUÍS DE MORAIS, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Suplente), RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO e ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO.**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**Processo № 11.020.000.703/90-28**

Recurso №: 85.750

Acordão №: 202-5.027

Recorrente: **VALMICRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VÁLVULAS S/A.**

**R E L A T Ó R I O**

Contra a Empresa acima identificada, foi lavrado Auto de Infração (fls.56), caracterizado por exclusão do ICM da base de cálculo da contribuição para o PIS/FATURAMENTO.

Em impugnação tempestiva (60/71), o Contribuinte alega a inconstitucionalidade da Portaria-MF nº 119/82 e sua discordância quanto à aplicação da alíquota, que, a seu ver, deveria ser 0,5005% e não 0,6%, cuja vigência só poderia ocorrer pelo Decreto-Lei nº 2.413/88.

Na Informação Fiscal de fls.76/77, o Autuante contesta os argumentos da Recorrente, esclarecendo que a missão do órgão Fiscal limita-se apenas a executar e fazer cumprir a legislação tributária. Em vista disso opina pela manutenção integral da exigência, com base nas normas legais em vigor, que disciplinam a matéria.

A autoridade julgadora de primeira instância determinou o prosseguimento da cobrança (fls.80/82).

Irresignada, a Empresa interpôs Recurso tempestivo reforçando os argumentos apresentados na impugnação, inclusive quan

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 11.020.000.703/90-28

Acórdão nº 202-5.027

to à jurisprudência citada (fls.84/106).

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em sessão de 04.07.91, ocasião em que, por unanimidade de votos, foi o julgamento convertido em diligência à repartição de origem, para que fosse anexado aos autos cópia do acórdão do Primeiro Conselho de Contribuintes.

A DRF em Caxias do Sul-RS informou, às fls.112, que esse processo não foi originado de infração ao Imposto de Renda e que só foram lavrados dois autos de infração, referentes ao

É o relatório.

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 11.020.000.703/90-28

Acórdão nº 202-5.027

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY**

Rejeito a preliminar de inconstitucionalidade, rear-  
guida no Recurso, porque ela se trata, de matéria estranha à  
competência deste juízo Colegiado Administrativo Fiscal.

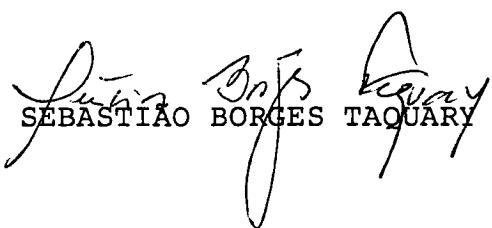
Quanto ao mérito, nego provimento ao apelo, porque o  
ICMS integra a base de cálculo da contribuição em exigência, no  
presente feito fiscal.

A matéria encontra inúmeros precedentes, nesta 2ª  
Câmara e na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Também, o colendo Superior Tribunal de Justiça, em  
sua jurisprudência, uniformizou seu entendimento, no sentido de  
que o ICMS integra a base de cálculo dos contribuintes ao  
FINSOCIAL e ao PIS/PASEP. (Vide, por exemplo, a Súmula 258.)

Assim, voto no sentido de negar provimento ao Recur-  
so Voluntário, por carecer de amparo legal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1992.

  
SÉBASTIÃO BORGES TAQUARY